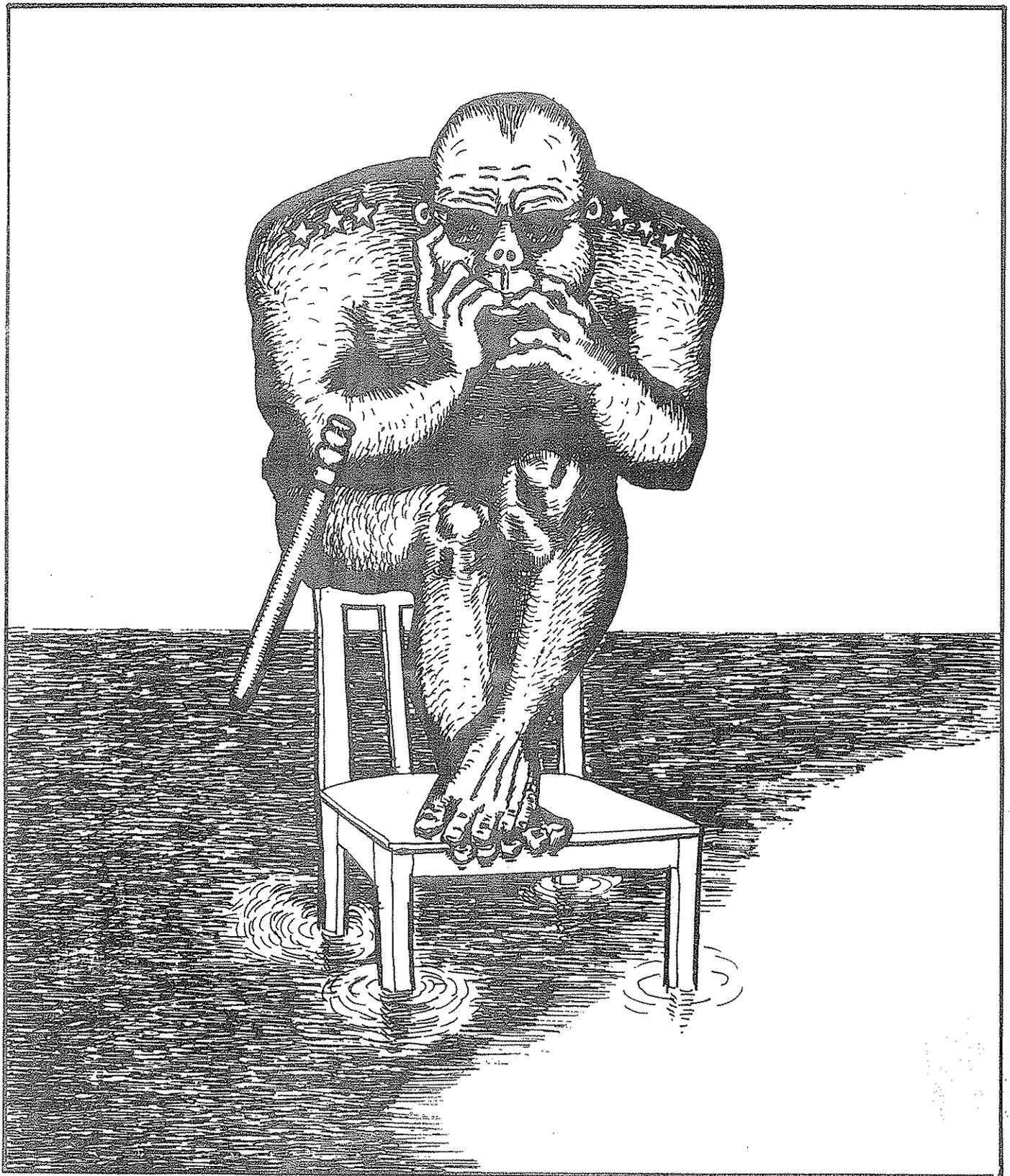


DEBATE

NOVEMBRO
78

31



PARA LA DOS NOVOS PARTIDOS

Embora tolhidos em suas possibilidades de expor às grandes massas da população os objetivos da luta pela democracia, os candidatos populares obtiveram do sufrágio universal uma consagração que o colégio eleitoral escolhido a dedo pelos serviços de informação da ditadura recusou ao "candidato alternativo" à presidência. Embora não disponhamos ainda dos resultados definitivos do pleito legislativo de 15 de novembro, tudo parece indicar que as grandes tendências do corpo eleitoral, já manifestadas em 1974 foram amplamente confirmadas, e de maneira bem mais nítida e categórica. Vitória maciça da oposição nos grandes centros urbanos e em especial nas grandes concentrações proletárias, votação extremamente expressiva dos candidatos democratas e populares mais consequentes, sobretudo daqueles que souberam ligar a luta pela liberdade política ao combate pelas transformações sociais, mais um "não" rotundo ao regime militar a serviço dos monopólios.

O governo Geisel terminará pois como começou: com uma derrota política in-
disfarçável, mas tão previsível que todas as medidas necessárias para torná-la inoperante ao nível do funcionamento das instituições ditatoriais, já foram tomadas com grande antecedência, desde o "pacote de abril" até as "reformas políticas" que consubstanciam o projeto de normalização controlada da vida política nacional.

Não se pode dizer que o grupo castelista no poder não tenha manobrado bem para atingir seus objetivos. Aplicou com incontestável eficácia a tática de golpear alternativamente a oposição de extrema-direita (notadamente no episódio da destituição do general Ednardo Davila e mais tarde na eliminação da candidatura Frota, enfrentando com sucesso sua tentativa de golpe) e a oposição liberal, acuando o general Euler Bentes Monteiro de modo a colocá-lo frente à alternativa de "radicalizar ou encolher-se". Conseguiu conter -embora ninguém saiba por quanto tempo- a pressão combinada de uma oposição democrática que já se sente suficientemente forte para manter constantemente a ofensiva política e de uma corrente importante no seio das Forças Armadas que, pela primeira vez desde 1964, articulou-se em torno da palavra de ordem de "volta aos quartéis".

Os próximos desdobramentos da crise do regime e da tentativa do grupo castelista de resolvê-la pela normalização controlada, isto é, pela instauração progressiva e sem prazo fixo de um governo liberal-burguês de direita sob tutela militar, vão se cristalizar em torno da aplicação das chamadas "reformas políticas" e em particular da reestruturação do sistema de partidos. O significado destas medidas não tem sido apreciado, a nosso ver, de maneira satisfatória no interior do movimento revolucionário. A força de repetir o óbvio (que a reforma partidária é uma manobra da ditadura) acaba-se por deixar de lado o essencial, isto é, que constitui um recuo político do regime numa conjuntura de pressão acentuada das forças democráticas. Sem dúvida, enquanto manobra do grupo castelista no poder, ela visa a favorecer a rearticulação da dominação de classe da burguesia e sobretudo a promover a desarticulação da oposição liberal, cooptando os adeptos e isolando os democratas consequentes do MDB. Pondo fim ao bipartidarismo artificial que ela própria havia instituído, a ditadura elimina o choque eleitoral direto com o conjunto da oposição e a própria existência da oposição como um "conjunto" heteróclito de emedebistas de todos os ca-
libres. Fica no entanto uma pergunta: porque aquilo que constituiu por muito tempo um instrumento útil para o regime, se tornou de repente uma

faca de dois gumes? Para responder com seriedade a esta questão é necessário lembrar as condições que presidiram à criação do bipartidarismo.

Foi instituído pelo Ato Institucional nº2, de 27 de outubro de 1965. Em seu preâmbulo, usando uma linguagem triunfalista e arrogante, que contrasta com o vocabulário oficial atual, muito mais comedido, a ditadura após ter ressaltado que "a revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: eradicar uma situação e um governo que afundavam o País na corrupção e na subversão", proclama que ela "investe-se ... no exercício do poder constituinte, legitimando-se por si mesma" e portanto "edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua criação, pois graças à ação das forças armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representa o povo e em seu nome exerce o poder constituinte de que o povo é o único titular". E em seu artigo 18 declara que "ficam extintos os atuais partidos políticos e cancelados os respectivos registros". Para a organização dos novos partidos, prossegue o Ato, "são mantidas as exigências da Lei nº4 740 de 15 de julho de 1965 e suas modificações". (A Lei nº 4 740 fixava como condição para a existência dos partidos políticos um mínimo de 5 deputados federais e de 5% dos votos nas eleições legislativas). Estas condições foram endurecidas pelo Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965, que regulamentou o novo sistema de partidos, após a extinção dos partidos existentes, decidida pela Ato Institucional nº 2.

Em seu artigo 1, este Ato Complementar estipulou que "aos membros do Congresso Nacional, em número não inferior a cento e vinte deputados e vinte senadores, caberá a iniciativa de promover a criação... de organizações que terão... atribuições de partidos políticos enquanto estes não se constituírem". Três características do novo sistema de partidos então imposto saltam imediatamente aos olhos: (a) em termos puramente aritméticos, poderiam ser criados no máximo três partidos, mas na prática o efeito visado era de criar o partido do governo e o partido da oposição consentida; (b) os novos partidos teriam caráter estritamente parlamentar, isto é, historicamente artificial. Não corresponderiam à evolução da luta política e ideológica na sociedade, não exprimiriam os pontos de vista das diferentes classes e categorias sociais, mas tão somente a atitude de parlamentares já eleitos diante do estado de coisas criado pelo golpe de 1964. Por isso se falou em partido do "sim senhor" e do "sim". O que significou considerável retrocesso na história das instituições políticas do Brasil; (c) mas estes "partidos" eram considerados como provisórios; eles só teriam "atribuições de partidos políticos" enquanto "estes não se constituírem". As Constituições outorgadas de 1967 e 1969, bem como o próprio Ato Complementar nº4, em nada esclarecem o processo de criação de novos partidos. A de 1967 tornou ainda mais rígidas as condições parlamentares estipuladas na lei de julho 1965 (exigindo, no § VII do artigo 149 "10% do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos em dois terços dos Estados, com o mínimo de 7% em cada um deles, bem assim 10% de deputados em pelo menos um terço dos Estados e 10% dos senadores". A de 1969, em geral ainda mais reacionária e ante-democrática que a de 1967, amainou estas exigências, reduzindo-as a 5% do eleitorado. A Lei Orgânica dos Partidos Políticos (nº 5 682-1971) regulamentou este dispositivo, que funcionou a té agora como barreira intransponível à formação de novos partidos, como o comprovou a longa e inútil tentativa de criação de um partido de centro-direita liberal, o almejado PDR de Pedro Aleixo. É evidente portanto que o bipartidarismo foi uma imposição constante da ditadura e que sua

supressão constitui modificação apreciável na estrutura política do regime. Constitui? Ou poderá vir a constituir? Porque o que chama a atenção nas apreciações que nos foi dado até agora analisar a respeito das "reformas políticas" da ditadura publicadas em órgãos marxistas ilegais ou em periódicos democráticos legais, é darem como favas contadas a própria realidade deste pretenso processo de modificação das instituições político-partidárias. Intervenções polêmicas extremamente minuciosas expõem todas as vantagens possíveis e imagináveis que a ditadura há de tirar da "reforma partidária": "dividir a oposição que hoje se expressa através do MDB", ordenar "as frentes de conflito político de maneira a poder atacá-las independentemente", etc. e criticam concepções opostas com extremado ardor, sem se preocupar em aprofundar a análise histórica da evolução das instituições políticas burguesas em nosso país. Temos aí uma concepção instrumentalista (isto é, materialista mecânica) do poder de Estado, se exprimindo em termos de "para que serve?", "qual a jogada?", "quem enganou a quem?", etc. Cumpre portanto examinar o problema em termos históricos e sobretudo dialéticos.

Antes de mais nada precisando os fatos. As emendas à Constituição de 1969 introduzidas pelas "reformas" mantêm, no referente às condições de funcionamento dos partidos políticos, a mesma exigência de 5% do eleitorado, abrandando-se apenas sua distribuição pelos Estados (em 1969: 7 Estados e um mínimo de 7%; em 1979: 9 Estados, mas um mínimo de 3%). Ao mesmo tempo, introduzem, como no Ato Complementar nº4, a possibilidade de criação provisória de novos partidos, com condições igualmente abrandadas: em 65 como vimos, exigiam-se 120 deputados e 20 senadores; agora reclama-se 10% ou seja 42 deputados e 7 senadores. O abatimento é grande, já que torna aritmeticamente possíveis dez partidos provisórios, que depois teriam de lutar pela sobrevivência conseguindo os 5% de eleitores repartidos segundo os critérios apontados. Evidentemente o abismo é profundo entre a possibilidade aritmética e a possibilidade política, havendo consenso de que os novos partidos que poderão ser criados não excederão a dois, ou quatro se incluirmos os dois existentes que terão remodeladas suas fachadas com deslocamentos à direita e à esquerda de parte de seus parlamentares.

Parece-nos desnecessário insistir no caráter extremamente limitado da reforma do sistema de partidos outorgada pelo grupo castelista no poder. No quadro da polêmica aberta em nossa esquerda a esse respeito, foi observado que não serve para nada "constatar que existem setores importantes da burguesia querendo substituir o bipartidarismo hoje no Brasil. Isso é uma evidência... Adiantaria muito saber por que". A primeira resposta que ocorre é que nos países capitalistas dominantes o bipartidarismo, ainda que mitigado pela existência de um minúsculo "outsider" liberal (Alemanha e Inglaterra) é o modo predominante de organização da vida política oficial e que neste sentido não há base alguma para erigir o multipartidarismo em critério fundamental do grau de democracia existente em cada Estado capitalista. (É de notar no entanto que nos países capitalistas cujas Constituições são as mais democráticas -Itália e Portugal- há multipartidarismo). Poder-se-ia mesmo argumentar no sentido de que a tendência histórica (hipotética) de um desenvolvimento constante da consciência política num país capitalista conduziria ao bipartidarismo opondo o partido do Capital ao partido do Trabalho. Mas deixemos aos politólogos o desenvolvimento de hipóteses abstratas. Parece-nos infinitamente mais importante a este respeito a observação que fez Gramsci em suas notas sobre o "Moderno Príncipe" colocando o problema de saber se "os grandes industriais têm um partido político próprio permanente". A resposta lhe parece "ser nega-

tiva". "Os grandes industriais se servem, em cada situação, de todos os partidos existentes, mas não têm um partido próprio. Não que sejam, por isso, "agnósticos" ou "apolíticos" ... : seu interesse é um determinado equilíbrio, que obtêm reforçando com os meios de que dispõem, em cada situação, este ou aquele dos partidos dentro do espectro político, com exceção obviamente, do único partido antagônico...".

Esta observação é extremamente pertinente para a compreensão do sentido político no qual se inscreve a reforma partidária da ditadura. Se, como temos mostrado em diversos editoriais e artigos de *Debate*, a normalização controlada do regime ditatorial exprime a consciência, por parte do grupo castelista no poder, fiel intérprete neste sentido dos interesses históricos dos grandes industriais, de que sem consenso social não há estabilidade política, ela corresponde também a uma exigência, repetidamente formulada por importantes organizações patronais e por grupos de intelectuais da grande indústria, no sentido de que seja devolvida a direção política da sociedade à camada que domina a economia. Se a ditadura militar foi a solução encontrada pelas classes dominantes numa situação de crise política nacional, se durante todo um período, consolidou-se como regime da contra-revolução institucionalizada, a relativa independência que o poder Executivo assumiu face à sociedade civil através do regime militar acabou aparecendo como um impedimento ao processo de articulação e composição de interesses no interior das classes dominantes. A burocracia militar enquanto força social específica, com interesses e pontos de vista corporatistas próprios, não é a forma mais adequada de direção política da sociedade burguesa. Os grandes industriais não podem manipulá-la da mesma maneira e com a mesma facilidade com que manipulam a grande imprensa, os ideólogos a seu serviço, os cabos eleitorais bem pagos, a propaganda onerosa, os funcionários de primeiro escalão subservientes, etc.

A interpenetração do grupo castelista no poder e de setores da grande indústria é pública e notória, como o é a corrupção enorme do regime. Mas ainda que a eminência parda do regime, o general-politólogo Golbery do Couto e Silva seja também um grande industrial (a serviço dos monopólios estrangeiros), ainda que o major Heitor de Aquino Ferreira, secretário da presidência tenha sido um quadro da Jari e portanto um empregado de confiança de um grupo financeiro estrangeiro, o poder político está nas mãos do aparelho militar e é a este que o governo tem de prestar contas em situações difíceis. Situação perfeitamente tolerável pela burguesia sempre que se trata de quebrar a espinha dorsal da "subversão" mas intolerável a longo prazo já que a classe economicamente dominante não pode se resignar indefinidamente a deixar a poderosa máquina do Estado. Evidentemente, uma situação como esta nunca chegou a se produzir no Brasil, onde em todos os momentos, inclusive nos mais difíceis para o regime, os homens da grande indústria detiveram o controle direto de importantes alavancas do aparelho governamental: seria um grave erro de análise -cometido por alguns "brazilianists" norte-americanos- falar em "bonapartismo" para caracterizar o regime instituído pelo golpe de 1964.

Por isso as "reformas políticas" de Geisel são um compromisso entre o aparelho militar -que já não encontra mais as condições para governar como dantes- e a burguesia como um todo -que pensa estar preparada para governar melhor que sua incômoda guarda pretoriana. "Os setores de oposição dentro da grande burguesia querem usar as 'aberturas políticas' da ditadura para influenciar nos mecanismos de controle da taxa de juros, defender a lei de similares, o nível de encomendas estatais e ob -

ter melhores posições na luta pelo estado de direito", afirmam num número recente os companheiros de Conjuntura Brasileira. É digna de apreço a preocupação de encontrar os interesses materiais que movem as forças sociais em confronto, mas o materialismo histórico não é uma psicologia social do comportamento econômico. Na medida em que o Estado nunca fará encomendas a todos os capitalistas de um determinado setor, sempre haverá, neste nível, "oposição burguesa". E ninguém facilitou tanto os créditos à indústria -inclusive com juros negativos- quanto o governo populista que a burguesia acabou derrubando. Quanto à vontade de obter "melhores posições na luta pelo estado de direito" através das "aberturas políticas", seria importante saber se ela provém de uma vocação inata pela legalidade constitucional -e neste caso teríamos uma burguesia legalista em oposição a uma burguesia anticonstitucional- ou se se trata apenas de uma diferença de apreciação quanto ao ângulo da abertura -uma parte da burguesia sendo partidária do ângulo agudo, outra do ângulo reto ou até do ângulo obtuso. Não, as "aberturas políticas"-isto é, a política de normalização controlada, enquanto alternativa ao regime militar da contra-revolução institucionalizada- não são um botão que cada um procura apertar para por em movimento o aparelho elétrico que mais lhe convém. Constituem uma política, a que melhor pode hoje conciliar o ponto de vista do aparelho militar e o ponto de vista da grande indústria no processo de transição para um regime que a grande indústria pretende moderno e moderadamente liberal e que as forças democráticas entendem transformar em antecâmara da revolução social. Não há "Estado de Direito" em si, e não faltaram juristas -moralmente prostituídos, é verdade- para "demonstrar" a legitimidade jurídico-constitucional de todos os atos daquilo que se chama hoje no Brasil o "arbitrio".

Qualquer que seja o resultado a que conduza a curto prazo o processo de "reconversão liberal" do regime militar, isto é, quer triunfe a posição castelista, quer predominem e imponham sua vontade os grupos burgueses favoráveis a um projeto como o que tentou incarnar a Frente Nacional pela Redemocratização e a candidatura alternativa do general Euler Bentes Monteiro, trará como consequência o fortalecimento do Legislativo -e da função parlamentar de representação dos interesses diferenciados dos diferentes segmentos e camadas das classes dominantes. A reestruturação do sistema de partidos se efetua, em larga medida, em vista deste novo papel do Congresso. Neste sentido, é importante que se abandone a interpretação filistéia que pretende reduzir a "reforma partidária" a um simples truque eleitoral. Não é fechando os olhos para a realidade política -ainda que "burguesa"- que os revolucionários, ou em todo caso, os que se apresentam como tais poderão transformá-la.

Pela Frente Popular

As forças revolucionárias em seu conjunto e em especial os comunistas estão confrontadas à impostergável necessidade de determinar formas de intervenção política neste processo de redefinição do sistema de partidos. Estamos convencidos de que tanto quanto possível, devem organizar-se de maneira independente, inclusive no terreno da legalidade ditatorial. Somos neste sentido partidários da criação de uma Frente Popular que seja portadora do ponto de vista das grandes massas trabalhadoras e de todas as forças progressistas da sociedade brasileira na luta pela conquista e consolidação da liberdade política e no desenvolvimento revolucionário da República Democrática que constitui hoje a forma a mais avançada que podem revestir as instituições políticas nacionais uma vez suprimida a ditadura militar a serviço dos grandes monopólios.

Falamos em Frente Popular e não em Frente Democrática não porque consideremos que as tarefas democráticas estão já praticamente cumpridas em nosso país. Mesmo no sentido estritamente político da expressão, o objetivo central das forças revolucionárias permanece a derrubada da ditadura, contrariamente aos que têm dado a entender que ela está caindo de podre. Trata-se menos ainda de criar duas frentes, uma, democrática, para derrubar a ditadura, outra, popular, para conquistar a democracia revolucionária como via para o socialismo. Pensamos ao contrário que a interpenetração da luta pela liberdade política e da luta pela democracia revolucionária é tal que só o avanço da luta contra a ditadura pode fortalecer o campo popular e só o fortalecimento do campo popular permitirá expurgar todas as sequelas do regime da acumulação monopolista acelerada e da miséria das massas, do terror e da tortura. Sem um forte movimento popular, o governo provisório incumbido de convocar a Assembléia Constituinte que decidirá soberanamente das novas instituições políticas do país permanecerá, quaisquer que forem suas intenções, prisioneiro da burguesia liberal e de grupos militares "moderados", se não "moderadores".

A Frente em formação não é portanto democrática ou popular como se as duas características fossem opostas. O importante é que ela seja a mais ampla possível e ao mesmo tempo que exprima a dinâmica da luta política das massas em busca de uma vida melhor. E sobretudo que concentre sua força, em cada situação, contra o inimigo imediato. Por isso, a Frente Popular está se formando no interior da ditadura. Com a conquista da democracia, tenderão a se diferenciar não porque decretemos "a priori" que certos aliados deverão ser eliminados, mas porque a natureza mesma dos objetivos populares os conduzirá, mais além da liberdade política, no rumo das transformações sociais.

A questão que desde logo se coloca é de como a reorganização partidária encaminhada pela ditadura no processo de reconversão liberal deve ser levada em conta pelos que se batem em vistas de criar a Frente Popular, isto é, a aliança das forças que combatem a ditadura na perspectiva da democracia revolucionária. Na medida em que as eleições de 15 de novembro foram marcadas por expressivas vitórias de candidatos realmente comprometidos com a luta pela democracia e com a causa popular, apesar de todos os obstáculos impostos pela ditadura, é fundamental que defendam uma mesma orientação face à aplicação da reforma partidária. Se as condições forem reunidas para a criação de um "partido" agrupando os democratas consequentes, ele poderá ser um precioso instrumento de consolidação e de coordenação das iniciativas multiformes do movimento de massas, desde que não se deixe envolver pela inércia parlamentar e que os eleitos pelo povo se comportem como seus representantes. Isto não depende apenas nem principalmente da boa vontade de cada um, mas da capacidade que tiver o movimento popular para consolidar e ampliar as formas orgânicas que tem sido criadas pelas massas em suas lutas parciais: comissões de fábrica, oposições sindicais, movimento do custo de vida, comitês de anistia, imprensa alternativa, entidades estudantis independentes, "comunidades de base", movimentos de bairros periféricos, organizações de mulheres, etc. Os candidatos populares eleitos aos quais caberia organizar este "partido" - que seria a expressão legal da frente em criação - terão que adotar um programa e uma postura com os quais todos estes movimentos possam se identificar. Mas não está dito que a direita trabalhista da sra. Ivete Vargas, a democracia cristã do sr. Franco Montoro e o "realismo pragmático" do sr. Marcos Freire não consigam torpedear esta iniciativa. O que não impedirá o povo de seguir seu caminho.

COMUNICADO MR-8/UC

Representantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro e da União Comunista (Debate) examinaram numa série de encontros a situação nacional e seus desdobramentos mais prováveis em vista de fixar os pontos a partir dos quais pode se desenvolver a unidade de ação entre as duas organizações.

Constataram profundo acordo no referente à concepção da democracia como condição histórica do socialismo. Concordam igualmente em que a conquista da liberdade política constitui o objetivo imediato do movimento operário e popular, o qual deve, afim de imprimir a esta luta uma direção mais consequente e uma perspectiva própria, procurar unir-se numa Frente Popular que englobe todas as correntes políticas identificadas com os explorados e oprimidos.

No exame da atual conjuntura nacional concordaram em que a luta política deve se concentrar na luta contra a ditadura. Com relação às iniciativas da burguesia liberal, consideram que devem principalmente apontar suas limitações e inconseqüências do ponto de vista dos interesses populares sem de forma alguma pretender negar-lhes todo e qualquer papel na luta contra a ditadura.

Os representantes do MR-8 consideram que nas atuais circunstâncias e ainda durante um certo período, o prolongamento da crise do regime, bem como do conflito entre a burguesia ditatorial e a burguesia liberal, favorece o desenvolvimento do movimento de massas e a viabilidade de uma alternativa popular ao regime. Os representantes da União Comunista (Debate) consideram entretanto que o prolongamento da crise atual contém graves riscos de retorno ao terror fascista e a ditadura aberta da cúpula militar.

As duas organizações estão convictas de que a unidade programática e orgânica de que necessitam os comunistas brasileiros será alcançada tanto mais depressa quanto mais claramente for assumida a diversidade de opiniões ensejando o aprofundamento da discussão. Consideram inclusive que as condições estão reunidas para que as forças comunistas mais dinâmicas procurem desde já as formas mais convenientes para uma ação coordenada tendo como objetivo a dissolução dos atuais círculos ou organizações num partido comunista concebido como destacamento mais avançado do movimento operário e revolucionário do Brasil, capaz de conduzir o movimento de massas à conquista do Socialismo.

Um dos pressupostos básicos dessa reorganização é a discussão política e a atuação conjunta entre os marxistas, notadamente entre aqueles que estão ligados às lutas populares. A realização simultânea da discussão política e da atuação prática junto ao movimento de massas é essencial para que não se confunda a grande tarefa histórica da reunificação do movimento comunista brasileiro com um simples acordo de princípios entre algumas das atuais organizações revolucionárias. No entanto, a realização destas duas grandes tarefas só poderá levar à reunificação do movimento comunista do Brasil se, desde hoje, elas forem conduzidas de forma organizada, isto é, dentro do espírito de partido. Neste sentido o Movimento Revolucionário 8 de Outubro e a União Comunista (Debate) decidiram desenvolver conjuntamente iniciativas concretas ao nível da imprensa e do trabalho junto às massas.

outubro de 1978

MOVIMENTO REVOLUCIONARIO 8 DE OUTUBRO

UNIÃO COMUNISTA (DEBATE)

NO CAMINHO DA UNIDADE

fernando andrade

A reunificação dos comunistas brasileiros é um processo longo e complexo que corresponde a condições históricas que sem serem exclusivas de nosso país são específicas desde que consideradas em seu conjunto. A totalidade concreta que formam define a situação histórica particular em que se encontra o movimento comunista do Brasil.

Dentre estas condições as principais são as seguintes:

(1)- a crise do comunismo oficial, cujas raízes são internacionais e que se manifestou no Brasil a partir de 1956 (ocupação da Hungria pelas tropas do Pacto de Varsóvia, marcando a crise do chamado "processo de desestalinização") e levou mais tarde à cisão maoísta de 1960-1961 e às cisões "castristas" de 1967-1968.

(2)- a experiência de luta armada revolucionária, tanto a desenvolvida pela corrente "castrista" de 1968 a 1972 quanto a da corrente maoísta em 1972-1974. Nos dois casos, as forças revolucionárias foram dizimadas e militarmente destruídas pelas forças ditatoriais.

(3)- a retomada do combate revolucionário através da reaglutinação de militantes oriundos da luta armada, e da aparição de uma nova geração que despertou para a ação política com a lenta ascensão do movimento democrático e das lutas de massa a partir de 1973-1974. Esta rearticulação das forças revolucionárias foi levada adiante tanto pelas organizações políticas que se tinham posto à frente do processo de auto-crítica do militarismo e de reformulação do programa e da tática da revolução social em nosso país quanto por círculos semi-organizados de militantes ou simples "independentes".

Estas três condições configuram a situação a partir da qual se desenvolve hoje a luta pela reunificação dos comunistas. O comunicado comum do MR-8 e da União Comunista (Debate) é apenas um dos inúmeros passos a serem dados nesta direção. Um passo importante na medida em que reitera e explicita o espírito de partido que anima as duas organizações, que justamente tem se caracterizado por intensa atividade tanto no terreno da luta ideológica quanto da ação prática entre as massas. E sobretudo, na medida em que constitui um fato político novo na situação atual.

Em que consiste esta novidade? Nem nós, nem os companheiros do MR-8, reivindicamos o monopólio do espírito de partido no interior das correntes oriundas da crise crônica do PCB. Tentativas de reunificação houve muitas. A única que chegou a bom termo foi, salvo engano, a dos maoístas, com a integração da AP maoísta no PCdoB. A experiência da tendência proletária, da qual participaram ativamente os companheiros do MR-8, evoluiu de maneira piramidal: de uma base relativamente ampla acabou chegando a um vértice estreito. Em sua fase inicial, o então "grupo Debate" atuou em contacto fraterno com a tendência leninista da ALN (cujo manifesto inicial "Uma autocrítica necessária", foi originalmente publicado no nº7 da revista Debate). Mas após polêmica pública, amplamente divulgada em números sucessivos de nossa revista, Debate e a TL/ALN acabaram por se afastar. Não é pois o mero fato da aproximação de duas organizações comu-

nistas que constitui algo novo. Mas a concepção mesma que preside a esta aproximação, que se faz em vistas de "uma ação coordenada tendo como objetivo a dissolução dos atuais círculos ou organizações num partido comunista concebido como destacamento mais avançado do movimento operário e revolucionário do Brasil...".

Nenhuma tentativa de reunificação deve ser desprezada. Mesmo aquelas que num passado recente não levaram a resultados concretos em termos orgânicos. Porque incorporam o patrimônio da experiência unitária de nosso movimento comunista. No que nos concerne, a lição que tiramos da experiência de unidade dos últimos anos, isto é, da experiência de reunificação dos comunistas (já que o período imediatamente anterior da história do movimento revolucionário brasileiro foi marcado por uma tentativa de unidade não em cima de critérios ideológicos, mas em cima de critérios "práticos", entendendo-se por esta expressão a luta armada, e a unidade como desenvolvimento conjunto de ações armadas, abstração feita dos problemas ideológicos e políticos) é a da complementaridade necessária entre o trabalho de construção e ampliação de núcleos organizados comunistas e o trabalho de discussão e de aproximação destes núcleos uns com os outros.

A comparação com a experiência da luta armada é neste sentido instrutiva. Carlos Marighella dizia em 1968 que a mesa de discussão separa os revolucionários enquanto que a ação os une. Há nesta afirmação uma parte de verdade. Basta examinar a trajetória das pequenas seitas de extrema esquerda, cuja incansável loquacidade traduz um folclore declamatório que se alimenta de si mesmo, como o rouxinol que se embriaga com o próprio canto, sem que o nível de organização do movimento revolucionário avance de um só passo sequer. A crítica que se pode fazer a Carlos Marighella - que é ao mesmo tempo a auto-crítica do movimento de luta armada como um todo - é de que não se pode interpretar num sentido estreitamente ativista a ação revolucionária. O que uniu os revolucionários nestes últimos anos foi um trabalho persistente no terreno da luta ideológica, articulado em torno de publicações marxistas regulares, e uma ação paciente e consequente junto às massas. Assim se formaram os núcleos comunistas que hoje podem colocar na ordem do dia o objetivo histórico da reunificação partidária.

Cabe precisar como encaramos a natureza deste objetivo. Se o qualificamos de "histórico" é porque o inserimos na evolução da sociedade brasileira: o partido pelo qual lutamos há de se enraizar profundamente na experiência das massas, há de ser a expressão política organizada das forças sociais mais avançadas do país. Ora, se examinamos como materialistas o comportamento político atual das massas populares e os efeitos mais prováveis que a crise do regime ditatorial exercerá sobre seus desdobramentos a curto prazo, somos levados a constatar que a corrente comunista se ressentirá duramente do esfacelamento orgânico iniciado em 1960-1961 e completado pelas cisões de 1967-1968. Os efeitos desagregadores destas cisões foram consideravelmente agravados pela repressão terrorista da ditadura que após ter liquidado a guerrilha urbana triste e a guerrilha rural maoísta voltou-se contra o próprio PCB, que enfraquecido pela perda de seus militantes mais combativos - basta citar o nome do grande e inesquecível revolucionário que foi Carlos Marighella sem omitir, na "velha" geração, nomes como os de Mario Alves e Joaquim Câmara Ferreira, que já se incorporaram ao patrimônio dos mártires da revolução social - e pela estagnação burocrática de seu pensamento e de sua ação, pagou também pesado tributo à sanha criminosa dos algozes da ditadura. Podemos neste sentido concordar com Luis Carlos Prestes quan-

do, numa recente entrevista, declarou que a nova geração operária só conhece o comunismo através da imagem grosseira que dele oferece a propaganda ditatorial. Mas esta situação não é uma fatalidade. É a expressão da fraqueza de nosso movimento comunista, de sua crise e de seu esfacelamento. Os núcleos capazes de dar um novo alento ao movimento que por seu programa histórico é portador das mais elevadas e das mais avançadas aspirações da humanidade em nossa época já estão trilhando o caminho da reunificação partidária. Já estão dando passos no sentido de fazer viver no Brasil um comunismo de nossa época enraizado em nossas realidades.

Hoje, a reunificação depende, antes de mais nada, do esforço tenaz da queles que souberam tirar as lições que se impõem dos graves erros cometidos pelos comunistas brasileiros em meio século de lutas. É inegável que um dos fatores mais marcantes e limitativos desse processo foi a atitude de dependência, para não dizer de servilidade, que muitos dirigentes adotaram seja em relação à IIIa Internacional e posteriormente à União Soviética, seja a Pekim por parte dos dissidentes de 60/61 e que atualmente só reconhecem um "guia": o Partido do Trabalho da Albânia, ou seja em relação a Cuba por parte da maioria das chamadas organizações de luta armada. A renovação do movimento comunista no Brasil terá de vir justamente das correntes que já abandonaram essa atitude de "colonizados" estando compenetradas da necessidade de um pensamento político marxista enraizado em nossas realidades ao mesmo tempo em que absorveram criativamente as grandes lições das experiências internacionais das lutas operárias.

Para as correntes que já assumem este imenso desafio histórico, uma questão tão decisiva se apresenta de imediato: não poderão construir um Partido revolucionário da classe operária sem ao mesmo tempo impulsionar o desenvolvimento do movimento de massas, sem se por a frente do surgimento das novas formas de organização que os operários e camponeses criarão em sua luta. Toda tentativa de reunificação que não seja alicerçada num avanço orgânico qualitativo dos trabalhadores será um castelo de cartas. Como foi dito no documento "Sobre a reunificação dos marxistas" do Comitê Regional Provisório - região I (Debate 30): "Pior que o espontaneísmo, que relega a luta ideológica e a discussão entre os marxistas ao último plano (que subestima portanto a necessidade tanto da organização política quanto da teoria revolucionária) somente a concepção vanguardista de que os intelectuais marxistas devem unir-se entre si primeiramente, para depois irem ao encontro dos operários revolucionários". A necessidade de se levar a frente a união dos grupos comunistas é tão atual quanto a necessidade de organização das massas.

A importância do comunicado que hoje apresentamos reside no fato de mostrar que embora com trajetórias políticas distintas (o MR8 é a única organização constituída em função da luta armada que soube evoluir politicamente mantendo sua unidade orgânica enquanto que a União Comunista tem a sua origem em militantes das mais diversas procedências aglutinados em torno da revista Debate que posteriormente se ligaram ao movimento de massas o que lhes permitiu avanços políticos e orgânicos decisivos), duas das forças que fazem parte do potencial renovador do movimento comunista brasileiro estão dispostas a avançar no caminho da reunificação de forma coordenada e presidida pelo espírito de partido. Sem desprezar as inúmeras dificuldades existentes, estamos convencidos que outros passos se seguirão a este na superação da fragmentação do movimento comunista brasileiro e na sua reorganização sobre novas bases.

A CANDIDATURA ALTERNATIVA assis ferreira

A candidatura do General Euler Bentes-Monteiro firmou-se como mais viável que a de Magalhães Pinto desde as negociações políticas que antecederam o lançamento da Frente Nacional pela Redemocratização. O fato de que Euler pudesse contar com mais apoio entre os militares descontentes com a escolha de Figueiredo para o próximo mandato presidencial foi nesse sentido definitivo.

A F.N.R. e a "candidatura alternativa" tornaram claros alguns aspectos da crise do regime militar; marcaram de maneira diferente os campos da luta política, o aparelho militar, os partidos e incidiram também sobre o espaço político aberto pelo movimento popular.

Os conflitos militares

A alternativa colocada pela candidatura de um general de quatro estrelas, de preferência da ativa, deve-se fundamentalmente à iniciativa de grupos militares que talvez não tivessem de início uma proposta política sobre a base da qual pudessem estabelecer algum tipo de aliança. A origem e a orientação política da candidatura Euler são eminentemente militares e devem ser entendidas no quadro das divisões e enfrentamentos militares que tornaram possível sua existência. Existindo, ela promove uma ampla articulação no aparelho militar: Euler consegue o apoio ou a neutralidade de distintas facções (Frota, Abreu, etc.) e se propõe a evitar um choque direto de suas bases com o grupo atualmente no poder além de evitar também a "radicalização extra-quartel", ou seja, a radicalização do movimento popular que imprimisse um caráter de "alternativa histórica" à sua "alternativa político-militar".

Essas linhas políticas explicam em parte as vacilações e omissões no escalonamento das prioridades e objetivos do "governo Euler": anistia, Constituinte, governo provisório, eliminação imediata da legislação ditatorial. A Constituinte definiria o âmbito e as condições políticas da Anistia. Mas, o que legitimaria a Constituinte e o governo provisório? Quais os objetivos desse governo com relação à área sindical, como agiria com relação ao campo do movimento social e popular?

A razão dessas "indefinições" deve ser buscada na análise das preocupações e necessidades políticas dos grupos militares e não-militares que apoiaram a candidatura Euler. Com relação aos grupos militares, um elemento fundamental do apoio aparece como sendo a consciência do desgaste político das Forças Armadas dada sua responsabilidade na formação e sustentação do regime militar. Esta mesma preocupação encontra eco em grupos não-militares e aparece (sob distintas fórmulas) como aspiração de setores burgueses de participar diretamente do governo e do poder de Estado. "Evitar o desgaste das Forças Armadas" e promover "a volta aos quartéis" tornaram-se bandeiras destes grupos militares e nesta fórmula encontra-se um significado importante da candidatura Euler: reservar às Forças Armadas o poder de controle nos conflitos entre setores da burguesia e de repressão ao movimento de massas. Resumindo, o poder de garantir as relações sociais fundamentais da sociedade capitalista brasileira.

Do ponto de vista dos acertos e composições entre os grupos militares, as candidaturas Euler e Figueiredo definiram táticas distintas. A candidatura Euler tratou de:

- 1) recuperar política e ideologicamente o golpe de 64, denunciando o regime como "desvio" dos "objetivos históricos" do "castelismo". Esse tipo de definição aparece claramente em declarações de oficiais como o Coronel Tarciso Ferreira, mas foi recusada pelos setores mais consequentes do MDB na concentração de Porto Alegre,
- 2) manter a candidatura nos quadros legais (ainda que isso fosse desfavorável a um "projeto alternativo") e denunciar o governo que muda as regras do jogo quando se encontra em desvantagem,
- 3) negar a necessidade de um golpe de Estado como meio de atingir o Estado de Direito,
- 4) promover a aliança de todas as correntes "anti-Palácio", por mais distintas que fossem seus fundamentos políticos,
- 5) evitar qualquer articulação que pudesse ser tomada como "quebra da hierarquia" ou desprestígio dos comandos militares, embora tivesse sido divulgado que os oficiais intermediários constituiriam uma provável maioria pró-Euler. Esta orientação vigorou na atuação dos oficiais superiores que o apoiavam afim de evitar crises que alargassem o campo de manobra do governo. Quando da prisão de Hugo Abreu por exemplo, Euler procurou conter quaisquer manifestações de desagravo.

A tática de Geisel e Figueiredo foi:

- 1) tentar esvaziar a F.N.R. e a candidatura Euler através de compromissos "parciais" (Magalhães Pinto, por exemplo, aceitou sua candidatura a deputado federal após um vultuoso contrato de seguros para as obras de Angra 1 e 2) e da utilização da máquina publicitária, estatal e privada, para compor a figura política de Figueiredo,
- 2) manobrar politicamente para compor uma unidade no Alto Comando e contrapô-lo à divisão do corpo de oficiais. Buscando isolar Euler e Hugo Abreu, Geisel manobrou como pode as promoções a generais e de generais, como já havia feito, aliás, para "doar" a quarta estrela a Figueiredo,
- 3) reafirmar o controle e a dominação do Alto Comando, através de sondagem da opinião dos oficiais, feita de modo burocrático e coercitivo, montagem de um esquema de contra-informação (cartas anônimas, Circular do CIEEx com artigo contra Euler) etc.,
- 4) reprimir os oficiais que se manifestaram a favor de Euler, prendendo-os ou transferindo-os para postos sem importância e distantes de Brasília. Essa repressão seletiva deu a Geisel uma vantagem estratégica, na medida em que criou para Euler uma situação de fato: "radicalizar" (numa relação de força desfavorável) ou "recolher-se",
- 5) manobrar com a possibilidade de um golpe de Estado no caso de uma vitória de Euler: Geisel prorrogaria seu mandato e convocaria uma Constituinte. Essa manobra foi feita contra o Congresso Nacional durante a votação das reformas,
- 6) rearticular vários postos intermediários e comandos nas áreas de sustentação de Hugo Abreu.

Euler, a F.N.R. e o Congresso

Não buscando alianças com os movimentos populares, o "projeto político" encaenado na candidatura Euler limitou-se aos aparelhos de Estado, militares e legislativos. Não se poderia nem deveria esperar que um movimento burguês, vinculado à questão do regime como elemento dominante na conjuntura, assumisse as bandeiras políticas do movimento popular. Isso se confirma pela seleção das alianças: ao nível das forças políticas a candidatura Euler e a F.N.R. apoiaram-se nos "autênticos", especial -

mente na ocasião da definição do MDB. Contudo, foram as lideranças "moderadas" ou "adesistas" (isto é, a própria máquina partidária) que, junto com as dissidências da ARENA, forneceram as referências mais decisivas das respectivas campanhas. O critério da "não-radicalização" parece ter sido o principal para a composição dessas alianças.

Nem Euler, nem a F.N.R. se definiram categoricamente com relação ao movimento operário, principalmente quanto às suas propostas políticas. Tal vez a única manifestação de Euler tenha sido a crítica ao governo quando este pretendeu impedir que as lideranças sindicais se reunissem em Brasília para pressionar o Congresso a votar contra as reformas políticas propostas pelo governo. Como o MDB, não só não pediu um apoio formal à sua plataforma por parte do sindicalismo mais combativo e crítico, como também deixou de apoiá-lo durante as greves de maio. É significativa a indefinição de Euler quanto à estrutura sindical, a ampliação do direito de greve, o direito dos trabalhadores organizarem seu partido político, etc.

Uma candidatura autêntica recuperada pelos moderados

O MDB passou a ser procurado por grupos militares "anti-Palácio", sendo os autênticos a principal ponte entre eles, Euler e a direção partidária. Quanto à ARENA, é necessário levar em conta que as divisões militares já se expressavam de modo particular entre os seus parlamentares. São conhecidas as ligações de Frota com Bonifácio, Boaventura, Calil, etc. Os "frotistas" da ARENA chegaram a compor um grupo relativamente coerente, identificado com a "linha dura". Por outro lado, a ARENA expressava outras contradições do regime: seus "liberais" contestaram não somente a fidelidade partidária, por exemplo, como os próprios rumos do regime, notadamente através do "projeto Brasil" de Teotônio Vilela.

No tocante ao MDB, como já dissemos, a candidatura Euler deve sua existência às pressões dos "autênticos" que, ao contrário dos "moderados" que praticamente se filiaram ao "projeto Geisel", lutavam por "democracia já". A candidatura Euler surge assim como resultado de acordos políticos entre o primeiro grupo emedebista e diversos grupos militares, criando uma situação de fato consumado para a direção partidária. Esta, entretanto, teve condições de reagir no momento seguinte à indicação de Euler, orientando politicamente a campanha e mantendo o controle da máquina partidária. Isso significou um alijamento dos "autênticos" das posições (a parentemente) conquistadas e explica a fraqueza de sua participação na campanha. Já nos primeiros momentos, queixaram-se do "abrandamento" das declarações de seu candidato, de sua preocupação em conquistar áreas da ARENA e garantir votos no Colégio Eleitoral em detrimento da desejada mobilização popular, de sua determinação a "conter as radicalizações".

A partir daí, o processo político a nível parlamentar trilhou caminhos contraditórios com as definições dos "autênticos". Por um lado, embora contando com o eventual apoio de setores da ARENA, a candidatura Euler abriu campo para uma recomposição das bases de apoio partidário ao regime. Os diversos "pacotes" já haviam impossibilitado o sucesso de uma contestação pois os componentes do Colégio Eleitoral teriam sempre a espada da fidelidade partidária pesando sobre suas carreiras. O regime pode assim cooptar os "duros" (Sinval Boaventura, por exemplo, foi para a diretoria do Banco de Minas Gerais) e neutralizar os liberais, além de fazer aliança com Magalhães Pinto, ex-pilar da FNR. Que essa unidade tenha pouca duração é ponto pacífico. Há em todo caso que aguardar a reorganização partidária para ver qual a consistência destes acordos de última hora.

De outro lado, o MDB passou a privilegiar algumas bandeiras novas, em especial a da "salvaguarda do indivíduo", contraposta às "salvaguardas constitucionais" apresentadas pelo governo Geisel. O que o levou a esvaziar o combate contra a institucionalização da ditadura e a erigir a fórmula de transição como Euler em garantia da Constituinte, sem definir os critérios e as pré-condições básicas que assegurarão a uma Assembléia Constituinte a possibilidade de exprimir a soberania nacional: anistia ampla e irrestrita, liberdade de organização partidária, etc.

Embora as posições da FNR não possam ser confundidas com a institucionalização da ditadura, elas pouco se distinguem das posições mais atrasadas dentro do MDB e se mantêm muito aquém das posições mais avançadas do movimento popular (que de certa forma os autênticos pretendiam exprimir ao "optarem" por Euler).

O que não dá em absoluto razão aos que analisaram a candidatura Euler em termos de "cavalo de Tróia" do regime, ao qual interessava uma candidatura alternativa como maneira de legitimar uma sucessão politicamente ilegítima. Apreciações deste gênero só mostram a incompreensão do grau atingido pela crise do regime tanto em seus componentes sociais quanto em seus componentes militares. Estamos, ao contrário, convencidos de que o lançamento da FNR e da candidatura Euler constituíram uma resposta a esta crise e traduziram o processo, ainda incipiente, de organização do movimento popular. Não que possam ser considerados como expressão direta da mobilização política das massas populares. Mas na medida em que exprimiram a consciência de certos grupos militares e de setores liberais da burguesia quanto à necessidade de redefinir as condições políticas de estabilização da sociedade capitalista, de maneira a fazê-las repousar não mais sobre a ditadura burocrática do aparelho militar mas sobre a hegemonia de uma democracia liberal pluralista.

As manobras do grupo no poder para neutralizar, enfraquecer e esvaziar a candidatura Euler mostram a seriedade com que encararam os riscos que ela representou para a política de "normalização gradual e controlada" do regime militar. O fato do "candidato alternativo" ser um general de quatro estrelas confrontou pela primeira vez o regime com o problema da aparição de uma forte corrente política dentro das Forças Armadas, favorável ao "retorno aos quartéis", sem que, como dissemos no início, este eventual retorno significasse uma renúncia a qualquer perspectiva de intervenção futura. Ao contrário, poderia inclusive torná-la mais eficaz, já que evitaria um maior desgaste dos militares. Euler, convencido de que qualquer saída golpista torná-lo-ia apenas um novo ditador, e que o impacto de sua campanha sobre os oficiais dependia de sua capacidade em se apresentar como defensor dos interesses verdadeiros da corporação armada, procurou manter-se estritamente dentro dos quadros legais, inclusive denunciando o governo, que muda "as regras do jogo" quando está em desvantagem e afastando o golpe como meio de atingir o "Estado de Direito". Tratou ao mesmo tempo de recuperar ideologicamente a "revolução" de 1964, evitou qualquer articulação que fosse vista como "quebra da hierarquia" - embora constasse que os oficiais "intermediários" comporiam uma maioria pró candidatura-alternativa - e se esforçou, enfim, por promover a aliança de todas as correntes "anti-Palácio", por mais distintas que fossem suas orientações políticas. Foi necessário ao grupo castelista no poder utilizar a fundo todos os recursos que lhe advinham do controle da máquina estatal para contrabalançar o que se anunciava como uma perigosa polarização do descontentamento militar.

RUMOS DA OPOSIÇÃO LEGAL

a. silva

Não há dúvida que a ascensão do movimento popular tem sido favorecida pelo progressivo enfraquecimento da coesão dos interesses dominantes em torno da ditadura militar. Mas não é menos verdade que as ações em curso com vistas a uma reorganização da dominação burguesa fomentam uma grande confusão quanto aos objetivos imediatos que devem ser assumidos pela oposição revolucionária. Não se trata evidentemente de pensar que as forças empenhadas na luta pela democracia pudessem estar de alguma forma imunizadas contra as ilusões reformistas criadas pela crescente ampliação da oposição burguesa à ditadura militar. Pretendê-lo seria cair no idealismo dos meps, libelus e anexos que acreditam que a independência da classe operária só será alcançada pela prevenção contra todo o contágio de outras classes e camadas sociais. Também não se trata de imaginar a formação da frente democrática e popular como um processo linear, isto é, vinculada desde o início a um programa claro e preciso. A convergência das forças democráticas não pode contrariar os ritmos diferentes de conscientização, organização e ação dos vários movimentos setoriais, bem como as dinâmicas específicas a cada tendência ideológica do movimento popular.

É portanto natural que mesmo os segmentos mais combativos da oposição popular manifestem momentaneamente uma certa perplexidade diante das iniciativas liberais dos dissidentes burgueses. No período atual são pelo menos quatro os temas que nutrem uma certa barafunda nas fileiras populares: a) em que condições a bandeira de uma Constituinte pode se tornar um objetivo programático justo para o movimento popular; b) como agir para que o feitiço "reforma partidária" se vire contra a ditadura; c) que atitude adotar com relação à oposição liberal e particularmente frente à operação Euler Bentes; d) como aproveitar as eleições parlamentares para fortalecer o movimento operário e popular. Como estas duas últimas questões estão tratadas em outros artigos deste mesmo número de DEBATE, proporemos aqui algumas considerações sobre as outras duas.

Constituinte

Essa bandeira é hoje assumida por quase todas as correntes do movimento popular. Mas na maior parte das vezes continua aparecendo como se as eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte pudessem anteceder a formação de um governo provisório de ampla coalizão, isto é, o fim da ditadura militar. Em muitos casos parece inclusive que a primeira condição da emancipação política do movimento popular seria a existência de uma Constituinte e não a liquidação do terror militar sobre os trabalhadores. Esse "deslize" está presente de forma escandalosa na definição dos rumos editoriais do semanário EM TEMPO (nº26). Depois de ter publicado um grande número de artigos e alguns editoriais altamente refratários a essa palavra de ordem, o periódico citado passou a considerar que ela "sintetiza o conjunto de lutas por liberdades democráticas". O que já é, por si só, bastante discutível. Mas o problema fica ainda mais cabeludo quando diz que "o problema do caráter do governo que convocará a Assembleia Constituinte não é um problema prioritário a ser de finido". Não só inverte a ordem dos objetivos como acaba por admitir a

luta por uma Constituinte sem afirmar claramente a necessidade de uma ruptura. No fundo parece acreditar no aparecimento de um poder constitucional que exprima a soberania popular sem que tenha sido precedido da formação de um governo congregando todas as forças que lutaram e lograram por fim a ditadura. Tal governo terá um caráter necessariamente provisório já que seu mandato terminará com a aprovação de uma nova constituição. Sua função será essencialmente de garantir a expressão da soberania popular na formulação das instituições do novo regime. O que o seu manáio em questão poderia considerar "não prioritário" (o que é de resto impossível) é a definição do caráter de classe desse governo de transição. Há quem ache que só poderia ser um governo "dos trabalhadores", outros que ele seria inevitavelmente "popular". No entanto, nada impede que a ruptura com a ditadura militar se dê através de um governo cujo caráter de classe ainda seja burgues. Isso não quer dizer que devamos deixar de lutar para que essa ruptura seja revolucionária, isto é, para que a queda da ditadura dê lugar à instauração de um poder que emane diretamente das instituições forjadas pelas massas populares durante a luta anti-ditatorial. Mas uma coisa é lutar por esse objetivo e outra é eliminar a priori a hipótese de uma ruptura não-revolucionária. Não contar com a possibilidade de conquista da liberdade política - anistia geral, liberdade sindical e partidária, eleição livre de uma Constituinte - materializada na formação de um governo provisório ainda burgues é pensar que não existe outra forma possível de dominação burguesa na sociedade brasileira que não seja a de ditadura militar. É pensar que a ditadura continuará de pé até que o movimento de massas tenha reunido forças para impor a sua própria alternativa sem nenhum tipo de compromisso com forças burguesas descontentes.

O período que vivemos é, no entanto, bem diferente. Há setores da burguesia com uma clara pretensão de exercer sua dominação através de uma democracia parlamentar, de uma democracia liberal. Mas a maior parte desses setores sabe que não terá grandes prejuízos se a "transição" for controlada de cima para baixo, promovendo uma "abertura" lenta e gradual, que impeça uma intervenção decidida do movimento de massas. É por isso que preferiram Figueiredo e é por isso que fazem "reformas".

No que se refere à mobilização e organização das forças populares, os objetivos da ditadura ficaram bastante claros: manutenção total da atual estrutura sindical, criação de cima para baixo de quatro ou cinco partidos e abrandamento da lei de segurança nacional. Ou seja, continuar impedindo uma organização real dos trabalhadores mesmo no plano sindical mas permitir a legalização de agremiações políticas de expressão popular, desde que parlamentares.

Novos partidos

A Reforma Partidária é a tentativa de criar uma nova camisa de força para as forças democráticas apostando na capacidade de alguns dos atuais grupos dirigentes da oposição em canalizarem um certo apoio popular para partidos burgueses. Esperam que esse será o papel da democracia-cristã de Franco Montoro, da social-democracia de Saturnino Braga e sobretudo dos setores direitistas do antigo PTB. E para esses grupos a atual reforma partidária cai como uma luva. Ela simplesmente legitima as tentativas que já vinham desenvolvendo para a criação de tais partidos.

Mas o crescimento do movimento popular permite que se pense em provei-

tar dessa reforma para a constituição de um instrumento que possa se tornar a expressão legal da Frente em formação. Esse objetivo encontra hoje como obstáculos a pretensão dos brizolistas de reeditarem o PTB e os projetos de criação de um partido socialista. No interior dessas duas correntes há militantes de esquerda que vêm a criação de um partido legal como uma etapa necessária na formação de um partido dos trabalhadores. Por isso alguns procuram compor com as correntes explicitamente reformistas do antigo PTB na criação de um grande partido de massas. Outros pretendem aproveitar a "deixa" da ditadura para promover a articulação dos "socialistas". Para o semanário EM TEMPO que parece ter enveredado nessa linha, "o movimento socialista é a aglutinação das diversas correntes e setores sociais que apontam o socialismo como solução para a sociedade brasileira." Ou seja, os que consideram "que a questão agrária, a questão nacional, enfim as contradições geradas pelo modo de produção capitalista somente serão solucionadas nos quadros de uma sociedade socialista, onde sob um governo dos trabalhadores os meios de produção sejam socializados." (nº26) Trata-se portanto da pretensão de organizar legalmente o partido revolucionário dos trabalhadores (com uma etiqueta socialista) a partir da iniciativa da ditadura no campo da representação partidária.

É evidente que tanto os trabalhistas como os socialistas sabem que sozinhos não terão um partido legal com representação parlamentar no início de 1979. Nenhuma dessas duas correntes elegerá 42 deputados e 7 senadores... Por isso aceitam a idéia da formação de uma frente. Os candidatos populares eleitos, sejam quais forem suas ideologias estão fadados a se entender para a formação de um instrumento orgânico legal na luta contra a ditadura, que possa assumir um caráter popular e de massas e que venha a contribuir indiretamente para a organização independente dos trabalhadores. Isso não impedirá, evidentemente, que trabalhistas e socialistas continuem tentando se organizar legalmente sob a ditadura mesmo que sem expressão parlamentar na próxima legislatura. É quase inevitável que isso aconteça. E não nos cabe condenar essa pretensão. A existência de uma frente não é incompatível com a independência das organizações que a compõem. É no entanto deplorável a pressa de tais correntes em legalizar o seu partido em detrimento de uma luta intransigente pela plena liberdade de organização partidária.

Nesse contexto, o papel dos comunistas é decisivo. É justamente na medida em que nossa independência organizatória não depende da permissão da ditadura que podemos ser os maiores defensores da unidade do campo popular. Para nós trata-se de aproveitar a brecha no sentido de constituir uma agremiação que seja a expressão a nível legal da frente em formação. Uma frente dos que lutam pela derrubada da ditadura que vem clarificando o seu programa graças aos avanços do movimento de massas.

Objetivos programáticos

Devemos lutar para que nesse processo de formação a Frente venha a defender o seguinte conjunto de medidas:

- A independência sindical, o direito irrestrito à greve, a tomada nas mãos dos trabalhadores, através de suas organizações sindicais, da defesa de suas condições de existência e de trabalho, particularmente no que diz respeito aos salários, à previdência social, aos contratos coletivos de trabalho e ao direito ao emprego.

- A nacionalização democrática dos grandes meios de produção e circulação com vista a constituir um setor público que, assumindo papel dominante na economia nacional, substitua a lógica do lucro pela satisfação das necessidades sociais

- O estabelecimento, - através de uma Assembléia Nacional Constituinte eleita por sufrágio universal, direto e secreto, com plena e inteira liberdade de organização política para os trabalhadores e os partidos que reinvidicam a democracia e o socialismo, (e após um período de transição durante o qual as forças democráticas criarão as condições práticas para exercer a liberdade política que terão conquistado), - de um regime de democracia política, em que o proletariado travará o seu combate ideológico e político para afirmar a sua hegemonia sobre a sociedade e sobre o Estado.

-A aplicação pelas organizações camponesas, da reforma agrária, conforme a palavra de ordem " A terra a quem a trabalha ".

- A supressão da dependência financeira e diplomática do Brasil em relação ao sistema imperialista internacional, principalmente em relação aos Estados Unidos da América, o que implica fundamentalmente o estrito controle dos investimentos estrangeiros sob todas as suas formas, a expropriação imediata dos monopólios estrangeiros que tenham praticado irregularidades ou abusos de poder econômico ou que ocupem posições chaves na produção ou na circulação, a liquidação dos empréstimos contraídos a uma taxa usurária junto aos grupos financeiros e Estados imperialistas, com a diversificação de nossas fontes de financiamento exterior em direção sobretudo aos países do campo socialista, uma política estrangeira de paz e de amizade com todos os povos do mundo e de apoio ativo àqueles que lutam pela sua libertação, e a ruptura de todos os tratados agressivos e acordos militares concluídos com o imperialismo norte-americano.

- A supressão de todos os organismos terroristas, das leis de exceção e das restrições às liberdades públicas e direitos individuais criados pela ditadura militar ou herdados do período anterior, a reorganização democrática das Forças Armadas Nacionais com a depuração completa dos elementos culpados de atos criminosos ou politicamente comprometidos com a ditadura do Alto Comando Militar, assim como a punição exemplar dos torturadores e assassinos de militantes da oposição democrática e socialista, dos seus mandatários e cúmplices.

A Frente em formação será assim popular quanto a seu conteúdo de classe, democrática e nacional quanto às medidas essenciais que deverá aplicar após a derrubada da ditadura, anti-monopolista e anti-imperialista quanto a seus inimigos.

A LUTA DOS MARINHEIROS (II)

otacilio da silva

O ano de 1963 foi de agudização constante de nossas lutas. Já não era possível discutir um problema de caráter interno sem que fôssemos obrigados a considerar a situação nacional e nossa posição como militares dentro dela. O Clube dos Sargentos e Sub-Oficiais da Marinha havia superado sua posição tradicional de apêndice dos oficiais reacionários elegendo para sua presidência um sargento então nacionalista, José Augusto de Melo. A aliança entre este Clube e a AMFNB fortaleceu-se bastante durante o ano de 63

No segundo semestre, milhares de marinheiros e fuzileiros navais desfilaram pela avenida Rio Branco em apoio das reformas de base. Carregamos nos braços o almirante Aragão, que a partir daí ficou batizado como o "almirante do povo". Demos uma surra num grupo de marinheiros americanos do navio-estação nº64 que visitava o Rio de Janeiro. Os gringos protestaram pela "falta de fraternidade" !

Na Escola de instrução técnica da Marinha um almirante que tentou fazer uma preleção a cerca de 2 000 sargentos, sub-oficiais e marinheiros sobre a "infiltração comunista" na Marinha através da AMFNB foi vaiado pela tropa.

Nossa atividade neste momento se concentrava em torno de conseguir:

- (1)- o direito de votar e ser votado
- (2)- o direito de casar para o marinheiro de 1ª classe para baixo, com as regalias pertinentes. Alguns marinheiros viviam com mulheres, mas não podiam casar legalmente
- (3)- paridade, ou seja, melhor salário. Queríamos o salário mínimo para o marinheiro de 1ª classe para baixo.

É interessante notar que logo em seguida ao golpe o ditador Castelo Branco atendeu aos pontos 2 e 3 das reivindicações levantadas pela Associação, ao mesmo tempo em que esta, seus dirigentes e seus militantes eram objeto de implacável perseguição. Já o ponto 1 foi considerado coisa dos comunistas e do passado. Na história das lutas de classe sempre foi assim: alguns de vem enfrentar a burguesia, pagar um preço para que ela depois entregue a reivindicação como prova de sua "bondade".

No famoso comício do dia 13 de março na Central do Brasil compareceram al guns milhares de marinheiros e sargentos. A AMFNB comprou uma briga já per dida. O que se discutia era apoiar, e como, o presidente legalmente consti tuido. Aspecto exterior do conflito de classes na Marinha, a AMFNB era o alvo da hostilidade reacionária, já que assumia a responsabilidade da in contida rebelião dos marinheiros. Seu envolvimento na problemática nacio - nal era um fato consumado. A paixão política tomava conta de marinheiros, fuzileiros e sargentos. Era um interesse ardente de tomar parte nos aconte cimentos e, como patriotas fardados, assumir responsabilidades de maior envergadura histórica. Este estado de consciência e disposição moral come - çava a tomar forma no momento em que se aproximava o começo do fim de uma experiência de alcance histórico nas lutas sociais do povo brasileiro.

Estava marcada para o dia 25 de março de 1964 a comemoração do segundo aniversário da Associação. Por mais que o governo estivesse acochado, e a massa dos subalternos da Marinha tinha consciência da gravidade da conjuntura política, a disposição de comemorar a data era unânime. O ministro da Marinha, Silvio Mota, caracteriza como "quebra da disciplina" a realização de uma Assembléia comemorativa. Mas os marinheiros não se deixaram intimidar. Programam, organizam, marcam a hora e determinam o lugar da Assembléia: o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Informado da decisão, o Almirante trata de prender os dirigentes da AMFNB. Consegue prender alguns dos membros da direção. Mas José Anselmo não regressa à sua unidade e evita a prisão. Permanece clandestino com outros que não foram presos. Aparecem na abertura da Assembléia, no dia 25 de março de tarde.

Ela começou num clima de agitação. Oradores se sucediam, manejando todos o vocabulário agitativo. A situação o justificava. Companheiros da direção estavam presos. Havia que liberá-los! Já era tarde da noite do dia 25 quando o 1º classe Claudio de Souza Ribeiro (conhecido depois, na clandestinidade, por "Pará") convoca a massa para pressionar a direção no sentido de que a reunião se transforme em Assembléia permanente até que o Presidente da república confirmasse a libertação dos companheiros presos. A proposta foi aceita pela massa. Mas a direção não se pôe de acordo. Alguns de seus membros se manifestam contrários, enquanto que os oradores continuam a se suceder. Finalmente se forma uma maioria na direção favorável à proposta de Claudio Ribeiro.

Começam então a ir e vir os emissários da Assembléia ao Presidente da república e os deste à Assembléia. O então conhecido pelego Pelacane e o líder do CGT Osvaldo Pacheco faziam o papel de amortecedores, tentando inutilmente buscar uma saída que evitasse maior agravação da crise política.

Do ponto de vista da hierarquia militar, a Assembléia permanente configura uma situação de rebelião. Ainda no dia 25, ela pede ao Presidente que exonerado do cargo de Ministro da Marinha o almirante Silvio Mota e coloque no seu lugar o almirante da reserva Paulo Mário. As duas reivindicações foram imediatamente atendidas pelo Presidente, mas já havia aí uma manobra dos golpistas procurando ganhar tempo. Logo no dia 26, os companheiros presos são libertados. Neste mesmo dia, um oficial fuzileiro selecionou um grupo de fuzileiros de "confiança" e foi disposto a desalojar os membros da Associação do Sindicato dos Metalúrgicos, onde continuavam concentrados. Ali chegados, no entanto, o oficial acabou ficando só: os fuzileiros abandonaram as armas e entraram no Sindicato somando-se aos demais que estávamos lá.

Enquanto isto, o Presidente Goulart oferecia-nos a proteção do Exército, dizendo que este "garantiria" a nossa situação. Líderes do CGT e outros como o deputado federal Max da Costa Santos, bem como membros da direção da Associação e muitos elementos da marujada, acreditavam no mito das "Forças Armadas democráticas, constitucionais, legalistas, profissionais e apolíticas".

No dia 26, delegados dos navios e outras unidades receberam a incumbência de comunicar à tropa por via telex/radio que deviam ocupar os navios e em geral demonstrar atitude ativa. Em alguns lugares, como no Rio de Janeiro, a maioria dos oficiais abandonou espontaneamente suas unidades e se foram reunir no palácio do Lacerda. No caso do Nordeste, o cabo artilheiro Geraldo orientou e em certa medida comandou a tomada dos navios. Entre o dia

26 e 31 de março, a Marinha e unidades de terra estavam, de uma ou outra maneira, sob o controle da marujada. No dia 26, centenas de marinheiros do porta-aviões Minas Gerais sabotam-no e depois se dirigem à sede do Sindicato dos Metalúrgicos. No caminho, ao passarem diante do Ministério da Marinha, onde ainda não tinha tomado posse o novo Ministro, foram alvejados por uma metralhadora ponto 30, disparando desde o último andar, onde por coincidência funcionavam os escritórios dos oficiais da Marinha norte-americana, sobre os marinheiros que carregavam uma bandeira do Brasil.

A tensão dentro do Sindicato aumentava constantemente, sobretudo em função de provocações como esta. Mas os marinheiros ali concentrados recebiam provas também constantes da solidariedade popular. Moradores da vizinhança levavam comida e pequenos presentes como prova de apoio e de simpatia. Membros do movimento brizolista organizaram abastecimento de comida para os milhares de marinheiros cercados. E nosso patrono vivo, o "almirante negro" João Cândido, líder da rebelião de 1910, ocupava seu lugar de honra, vendo a história se repetir. Talvez não com líderes tão decididos ou lúcidos como ele o foi na "revolta da chibata".

Desde que a Assembléia decidira tornar-se permanente, estava criada uma situação jurídico-militar de rebelião, motim, indisciplina. No dia 26 de março, à noite, parecia que tínhamos triunfado: o Presidente havia tomado em consideração e aceito praticamente todas as nossas reivindicações. Mas no dia 26 o Presidente já não era presidente. Os generais já o tinham entre a cruz e a parede e "o covarde vivo sobrepôs-se ao herói morto". A aceitação de nossas reivindicações já era uma manobra tática do Exército e da burguesia para ganhar tempo, evitar distúrbios e nos envolver. Tudo aconteceu dentro dos marcos das manobras dos generais.

No dia 27 de março, à tarde, oficiais do Exército, com muita cortesia e muitos caminhões, nos conduziram a um quartel. Éramos milhares. Todos barbados, ninguém com o uniforme completo. Ninguém mais podendo ser respeitado como militar. Na emoção da "vitória", o Sindicato tinha sido invadido pela classe trabalhadora que considerava como sua a nossa rebelião e se identificava a nosso descontentamento. Operários guardavam como recordação partes e pedaços de nossos uniformes, com nossos autógrafos...

Chegamos ao Quartel ao cair da tarde. Fazia calor no Rio de Janeiro. Num pátio central de forma quadrada, fomos recebidos por um oficial superior. Haviam ali sido dispostas várias mesas, diante das quais estavam sentados militares subalternos (cabos e sargentos) com cadernos-livros de grande formato. Foi-nos dada ordem de formar diante deles, em coluna por um, e fornecer todos os dados pessoais referidos nas carteiras de identidade da Marinha. Do alto de um estrado, o 1º classe Anselmo, chefe da rebelião e Presidente da Associação, orientava nossos movimentos com um microfone cedido pelo comandante do Quartel, que se encontrava a seu lado. Nós obedecíamos, formando as filas para assinarmos voluntariamente... a nossa expulsão ou pelo menos nosso atestado de participantes dos acontecimentos. Os fichários se completaram rapidamente. Após o que fomos liberados para irmos às nossas casas ou aos navios como se tudo tivesse terminado e reinasse a paz e a concórdia. Quem tinha residência no Rio voltou para casa. A maioria da marujada subalterna (do grumete ao 1º classe sem curso) morava nos porões dos navios.

No dia 27 de março, à tarde, ninguém da massa (e poucos da direção da Associação) sabia o que estava acontecendo. Ao sairmos do Quartel, com uma sensação de "vitória", desfilamos pela Avenida Presidente Vargas (no cen -

tro do Rio) e um grupo foi até uma igreja deixar uma coroa de flores não sei prá quem, nem prá quem. Ou, sem saber, levaram as flores do velório da Associação... Porque, como os fatos vieram confirmar amplamente depois, o golpe militar estava já em pleno andamento naqueles momentos, faltando apenas acertar os últimos planos táticos.

Conclusões

Enquanto experiência histórica, o movimento dos marinheiros e fuzileiros navais estava inserido dentro das lutas de classe, junto com outros setores das Forças Armadas brasileiras. Como todos os movimentos das massas oprimidas, foi golpeado pela burguesia em dois níveis: pela repressão direta e em seguida, através da tentativa (bem sucedida) de amainar pelo esômagô as contradições sociais. O aumento dos soldos e em geral o atendimento, pela "via legal" de reivindicações que haviam sido rejeitadas por causa da "baderna" permitiu neutralizar possíveis movimentos políticos no interior das massas fardadas.

É importante que, para o futuro, a esquerda brasileira perca o hábito de considerar o soldado um ser à parte que só pode ser contactado clandestinamente, ou como alguém situado "por cima" das contradições sociais. Aos generais sempre interessou, através da História, que os soldados fossem "respeitados" e estes em geral acabavam se sentindo assim: por cima dos demais e à parte da sociedade, portadores do direito de arbitrar o destino dos demais. A experiência da AMFNB mostrou que se pode romper com este tabu. Seu grande mérito foi, no terreno da ação política revolucionária, o de opor à atividade conspirativa clandestina, visando a ganhar generais e "chefes" militares em geral, uma iniciativa dos soldados para os soldados. A última tentativa histórica, em nosso continente, de ganhar generais democratas para que esses trouxessem a tropa atrás de si teve seu desfecho em Santiago, a 11 de setembro de 1973.

Se o soldado é ensinado a decidir dentro do Quartel em função de suas tarefas militares, devemos entender que o mesmo soldado é permeável aos conhecimentos e capaz de aprender a decidir enquanto sujeito, na sociedade.

Outras experiências históricas, tanto quanto a da AMFNB, devem ser objeto de profunda reflexão por parte dos revolucionários. Numa futura experiência democrática em nossa sociedade, seria um crime político deixar de lado o soldado ou tratar de longe ou superficialmente o problema da consciência revolucionária na base das Forças Armadas.



Nota da redação: O autor do trabalho A Luta dos Marinheiros, o companheiro Otacílio da Silva Pereira, foi sócio fundador da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.

A UNIDADE DAS MULHERES: OBJETIVOS E LIMITES (II)

joana almeida

Nenhuma classe social é capaz de fazer a revolução sozinha . Deve saber encontrar seus aliados , neutralizar sempre que possível seus adversários secundários e golpear fortemente seus inimigos . São que existe mais identidade dentro de uma mesma classe social do que entre as mulheres tomadas em seu conjunto . Compreender a dupla determinação da situação social das mulheres não quer dizer somar o fator classe ao fator sexo . A mulher burguesa não reage ora como burguesa , ora como mulher . Seu comportamento reflete ao mesmo tempo sua classe e seu sexo . E fatores como a idade ou a própria nacionalidade tratarão de dar ainda outras determinações à situação e à consciência de cada mulher .

O duplo aspecto da autonomia

O movimento das mulheres organiza-se a partir do conjunto de reivindicações comuns a todas as mulheres , tendo como base a opressão específica do sexo feminino . É , justamente , por isto que não se cogita da formação de um partido feminista e sim de um movimento de mulheres .

Nesse sentido , a questão da autonomia do movimento de mulheres tem um duplo aspecto : reflete de um lado a opressão comum sofrida por todas as mulheres e por outro lado a divisão das mulheres em diferentes classes sociais . Enquanto a burguesia for a classe dominante , o movimento das mulheres não pode deixar de expressar esta dupla determinação . Propor a organização autônoma das mulheres , hoje em dia , representa uma necessidade histórica , imposta não só pelo que une (a opressão específica) como também pelo que separa (a divisão de classes) . Ou seja , se a autonomia do movimento das mulheres no sistema capitalista corresponde à tomada de consciência de uma mesma opressão , ela é ao mesmo tempo consequência do fato de todas as mulheres não poderem estar em um mesmo partido que tivesse como programa o fim da exploração de classe assim como o fim da opressão de sexo . Flirtar com a questão da autonomia colocando - a como uma alternativa aos partidos políticos de classe corresponde , no mínimo , a uma irresponsabilidade por parte das feministas que se dizem marxistas .

Escolher seu campo

Cultivar ambiguidades no tocante à questão da autonomia , ao mesmo tempo em que se estimula posições anti - partidárias contrapondo dois tipos distintos de organização política que são o partido de classe e o movimento de massas , implica em mudar paulatinamente de campo .

Os diversos usos que correntes do movimento das mulheres na Europa estão dando à palavra "autonomia" é bem ilustrativo da necessidade de escolher claramente seu campo . Para medir a gravidade do problema , basta tomar um exemplo entre muitos . Uma militante feminista italiana, em entrevista concedida à revista Les révoltes logiques (nº7, 1978) declarou que "nossa passagem pelos grupos esquerdistas mostrou que nenhuma organização podia gerir nossos problemas, nossas demandas, nossos desejos. Foi por isso que o

movimento das mulheres foi criado no mais total separatismo e tentou organizar seus próprios meios de luta, sobre seus próprios terrenos, a partir de suas próprias necessidades. Uma das práticas do movimento foi a criação de locais, como as casas de mulheres: torna-se possível circular de modo autônomo por todo o Ocidente (note bene: o separatismo estende-se até às viagens em que as mulheres se hospedam em lugares a elas reservados. Assim se entende a "autonomia!") . A autonomia era para nós o meio de realizar a junção com uma política mais ampla que a luta específica das mulheres. Ao mesmo tempo, é no movimento de mulheres que se fez a noção em demasiado restrita de classes pois a opressão das mulheres atravessa numerosas camadas sociais: não existe uma vagina de direita e uma de esquerda. Na autonomia encontra-se este despedaçamento da luta de classes. As pessoas colocam-se problemas a partir de sua situação e não a partir de sua classe. "

O texto fala por si só. No entanto, merece reparo a afirmação que as pessoas colocam os problemas de sua situação e não os de sua classe. Surge de imediato a pergunta: mas o que vem determinar esta "situação"? Maria pode ser mulher, branca, jovem, magra, burguesa, dona de casa e muitas outras coisas. De fato, só sua classe não serve para determinar a "situação" específica de Maria. Mas será que a "autonomia" significa organizar-se segundo cada uma destas determinações? Neste caso, veremos Maria enquanto branca estar separada de Joana que é preta, as mulheres jovens contra as pretas, as gordas contra as magras, etc...

As ambiguidades de "esquerda"

Se o texto acima não deixa margem para dúvidas no que concerne uma certa compreensão da "autonomia", Maria Antonietta Macciocchi (intelectual italiana muito badalada por certas correntes esquerdistas) joga com ambiguidades na sua entrevista concedida à revista feminista francesa Histoire d'elles (nº 6 - junho/julho 78). Comentando sua exclusão do PCI, Macciocchi diz que:

"Aí, fui confrontada com uma outra mulher que é utilizada pelo Partido, pelos homens como isto sempre se fez na história. Sempre se utilizou mulheres contra outras mulheres (...) Elas (as feministas) jogaram um papel muito importante, elas se sentiram mobilizadas, enquanto feministas, pelo combate político. É preciso dizer que o movimento das mulheres é muito mais importante na Itália do que na França. Isto está ligado à força que adquire todo movimento autônomo. Mas é preciso dizer que há duas autonomies: a autonomia criativa e a autonomia violenta com a qual não estou de acordo porque considero que há uma violência que se assemelha muito com um crime. "

Em síntese, M. A. Macciocchi está contra o partido (tomado em seu sentido mais geral) porque onde estão os homens está também a prática de usar as mulheres e de jogá-las umas contra as outras. Aliás, este exemplo, para não dizer indignação, com o fato que mulheres se enfrentem entre si parece no mínimo um pouco excessivo. Afinal, isto não acontece também entre os homens? o patrão não explora o operário? o policial não tortura o preso político? os militantes masculinos dentro de um mesmo partido não se enfrentam sobre questões políticas? Na verdade, esta grandiloquência demagógica não deixa de ser uma operação política de Macciocchi para ficar bem com certos grupos feministas que fazem, atualmente parte de seu público e lhe fornecem uma base de apoio político.

Na base da oposição entre os partidos de um lado e a força dos movimentos autônomos de outro, se encontra, por uma simples questão de lógica, a opção política do isolacionismo de certos segmentos sociais em relação ao conjunto da sociedade e das distintas classes que a compõem. Ora, dentre os grupos que proclamam sua autonomia, se encontram não só as feministas, mas também grupos terroristas próximos do banditismo como as chamadas "Brigadas Vermelhas". A distinção entre autonomia "violenta" e autonomia "criativa" é pois usada por Macciochi para separar-se radicalmente do discurso e da prática delirantes das Brigadas Vermelhas. O que Macciochi não leva em conta é o fato que as ditas Brigadas são a mais clara expressão do culto ao isolacionismo levado a seu extremo.

Quanto à autonomia do movimento feminista, como é entendida pelas sexistas e por Maria Antonietta Macciochi, ela representa a organização de todas as mulheres que se recusam a participar de qualquer instituição, partido ou organização que não seja rigidamente não mixta. Ora, parece evidente que o caráter "criativo" ou "violento" desta autonomia depende única e exclusivamente das formas de lutas adotadas. Assim, é de se perguntar que tipo de posição assume hoje em dia Macciochi diante de grupos feministas "autônomos" que, como as auto-denominadas "Bruxas Enraivecidas" passaram recentemente a praticar atos terroristas na Itália. Se a distinção entre autonomia "violenta" e "criativa" não passa de mera retórica, deve-se supor que Macciochi está contra esses grupos, ou será que não?

Uma outra utilização ambígua do termo autonomia pode ser encontrada no artigo de Françoise Gaspard, militante do PS francês e prefeita de Dreux, intitulado "Nem emancipadas nem liberadas: autônomas" (Le Monde, 2/6/78). Ela afirma que: "Deveríamos falar de um movimento autônomo das mulheres, (...) deixando o termo de libertação às suas ambiguidades, (...) Emancipação: emancipa-se uma criança para que tenha os mesmos direitos que seu pai. Autonomia: são autônomos aqueles ou aquelas que fazem suas próprias leis. Somente a noção de autonomia permite sair dos dilemas esquerdistas: onde atuar sem correr o risco de ser recuperadas? Deve-se tomar parte ou não das eleições? A autonomia é um movimento interno que reagrupa as mulheres no interior de todas as instituições, e notadamente do partido socialista, para manifestar suas diferenças".

A autonomia de F. Gaspard é uma contradição completa. Com efeito, se autônomos são "aqueles que fazem suas próprias leis", como se pode conceber um partido em que cada grupo faz sua própria lei e "manifesta suas diferenças"? Por definição, a união de grupos autônomos não resulta em partido - segundo a igualdade de F.G. temos que autônomos + autônomos = PS - pois os autonomistas se recusam justamente a respeitar qualquer centralismo partidário, por mais democrático que seja. Para acender uma vela para deus e outra para o diabo, F. Gaspard termina por propor a autonomia dentro de cada instituição.... No dia em que as mulheres organizarem-se separadamente nos sindicatos, partidos etc.. e não tiverem mais nenhum espaço político para a ação conjunta, elas estarão na verdade mais atomizadas do que nunca.

Se o grande problema do feminismo é a desigualdade de situação de classe de todas aquelas que são oprimidas enquanto sexo, certamente não será a palavra de ordem "autonomia no interior de cada instituição" que permitirá unir as mulheres em torno da questão de sua opressão específica. Pois na verdade, tal palavra de ordem não faria mais que cristalizar as diferenças políticas e ideológicas entre as mulheres de diferentes classes so



ciais , impedindo -as de atuar conjuntamente nas questões ligadas à sua condição de mulher . A não ser que Françoise Gaspard esteja propondo que todas as mulheres , no caso todas as francesas , entrem para o Partido Socialista (social - democrata) ! Afinal , é ela que diz que a autonomia é o movimento que agrupa todas as mulheres " notadamente no interior do Partido Socialista " ...

Os exemplos são muitos da utilização demagógica e muitas vezes anti -revolucionária que grupos franceses e italianos , entre outros , estão dando à questão feminina em particular e ao problema da " autonomia" em geral . A forma mais eficiente para fortalecer o movimento das mulheres em nossa perspectiva feminista é não somente combater estes desvios ideológicos e políticos através do debate constante como , principalmente , ser capaz de forjar a unidade das mulheres brasileiras por intermédio de um programa de lutas que leve em conta a própria diversidade da composição de classe do movimento das mulheres . Em outras palavras , temos de levar em conta que uma parte do movimento é constituída por mulheres que , embora estejam dispostas a lutar por reformas sociais e econômicas , não se colocam numa perspectiva anti - capitalista enquanto que a parcela evidentemente mais avançada e que deve lutar para ter a hegemonia é constituída por aquelas que estão dispostas a lutar por uma sociedade qualitativamente diferente . Mas isto não significa que devemos separar as "atrasadas " das "avançadas" e que nosso movimento só deve conter aquelas mulheres que por sua origem de classe ou por sua consciência política já possam ser catalogadas como " tipo A " . O movimento das mulheres refletirá a consequência com que as feministas aplicarão o princípio de "unidade e luta" . E quanto mais consequentes formos , maior número de mulheres teremos conquistado para as posições que consideramos serem as únicas capazes de propiciar a emancipação feminina . Assim como nós mesmas que não somos operárias fomos ganhas para esta perspectiva e esta visão de mundo, outras virão a nos reforçar . Este é o caminho mais fértil .

Na base da oposição entre os partidos de um lado e a força dos movimentos autônomos de outro, se encontra, por uma simples questão de lógica, a opção política do isolacionismo de certos segmentos sociais em relação ao conjunto da sociedade e das distintas classes que a compõem. Ora, dentre os grupos que proclamam sua autonomia, se encontram não só as feministas, mas também grupos terroristas próximos do banditismo como as chamadas "Brigadas Vermelhas". A distinção entre autonomia "violenta" e autonomia "criativa" é pois usada por Macciochi para separar-se radicalmente do discurso e da prática delirantes das Brigadas Vermelhas. O que Macciochi não leva em conta é o fato que as ditas Brigadas são a mais clara expressão do culto ao isolacionismo levado a seu extremo.

Quanto à autonomia do movimento feminista, como é entendida pelas sexistas e por Maria Antonietta Macciochi, ela representa a organização de todas as mulheres que se recusam a participar de qualquer instituição, partido ou organização que não seja rigidamente não mixta. Ora, parece evidente que o caráter "criativo" ou "violento" desta autonomia depende única e exclusivamente das formas de lutas adotadas. Assim, é de se perguntar que tipo de posição assume hoje em dia Macciochi diante de grupos feministas "autônomos" que, como as auto-denominadas "Bruxas Enraivecidas" passaram recentemente a praticar atos terroristas na Itália. Se a distinção entre autonomia "violenta" e "criativa" não passa de mera retórica, deve-se supor que Macciochi está contra esses grupos, ou será que não?

Uma outra utilização ambígua do termo autonomia pode ser encontrada no artigo de Françoise Gaspard, militante do PS francês e prefeita de Dreux, intitulado "Nem emancipadas nem liberadas: autônomas" (Le Monde, 2/6/78). Ela afirma que: "Deveríamos falar de um movimento autônomo das mulheres, (...) deixando o termo de libertação às suas ambiguidades, (...) Emancipação: emancipa-se uma criança para que tenha os mesmos direitos que seu pai. Autonomia: são autônomos aqueles ou aquelas que fazem suas próprias leis. Somente a noção de autonomia permite sair dos dilemas esquerdistas: onde atuar sem correr o risco de ser recuperadas? Deve-se tomar parte ou não das eleições? A autonomia é um movimento interno que reagrupa as mulheres no interior de todas as instituições, e notadamente do partido socialista, para manifestar suas diferenças".

A autonomia de F. Gaspard é uma contradição completa. Com efeito, se autônomos são "aqueles que fazem suas próprias leis", como se pode conceber um partido em que cada grupo faz sua própria lei e "manifesta suas diferenças"? Por definição, a união de grupos autônomos não resulta em partido - segundo a igualdade de F.G. temos que autônomos + autônomos = PS - pois os autonomistas se recusam justamente a respeitar qualquer centralismo partidário, por mais democrático que seja. Para acender uma vela para deus e outra para o diabo, F. Gaspard termina por propor a autonomia dentro de cada instituição... No dia em que as mulheres organizarem-se separadamente nos sindicatos, partidos etc. e não tiverem mais nenhum espaço político para a ação conjunta, elas estarão na verdade mais atomizadas do que nunca.

Se o grande problema do feminismo é a desigualdade de situação de classe de todas aquelas que são oprimidas enquanto sexo, certamente não será a palavra de ordem "autonomia no interior de cada instituição" que permitirá unir as mulheres em torno da questão de sua opressão específica. Pois na verdade, tal palavra de ordem não faria mais que cristalizar as diferenças políticas e ideológicas entre as mulheres de diferentes classes so



ciais , impedindo -as de atuar conjuntamente nas questões ligadas à sua condição de mulher . A não ser que Françoise Gaspard esteja propondo que todas as mulheres , no caso todas as francesas , entrem para o Partido Socialista (social - democrata) ! Afinal , é ela que diz que a autonomia é o movimento que agrupa todas as mulheres " notadamente no interior do Partido Socialista " ...

Os exemplos são muitos da utilização demagógica e muitas vezes anti -re-
volucionária que grupos franceses e italianos , entre outros , estão dan-
do à questão feminina em particular e ao problema da " autonomia" em ge-
ral . A forma mais eficiente para fortalecer o movimento das mulheres em
nossa perspectiva feminista é não somente combater estes desvios ideoló-
gicos e políticos através do debate constante como , principalmente , ser
capaz de forjar a unidade das mulheres brasileiras por intermédio de um
programa de lutas que leve em conta a própria diversidade da composição
de classe do movimento das mulheres . Em outras palavras , temos de le-
var em conta que uma parte do movimento é constituída por mulheres que ,
embora estejam dispostas a lutar por reformas sociais e econômicas , não
se colocam numa perspectiva anti - capitalista enquanto que a parcela evi-
dentemente mais avançada e que deve lutar para ter a hegemonia é consti-
tuída por aquelas que estão dispostas a lutar por uma sociedade qualita-
tivamente diferente . Mas isto não significa que devemos separar as "a-
trasadas " das "avançadas" e que nosso movimento só deve conter aquelas
mulheres que por sua origem de classe ou por sua consciência política já
possam ser catalogadas como " tipo A " . O movimento das mulheres reflit-
tirá a consequência com que as feministas aplicarão o princípio de "uni-
dade e luta" . E quanto mais consequentes formos , maior número de mulhe-
res teremos conquistado para as posições que consideramos serem as úni-
cas capazes de propiciar a emancipação feminina . Assim como nós mesmas
que não somos operárias fomos ganhas para esta perspectiva e esta visão
de mundo , outras virão a nos reforçar . Este é o caminho mais fértil .

DEBATE

ESTÁ À VENDA EM

PORTUGAL

Livraria Opinião
Rua Nova da Trindade, 24 Lisboa

SUECIA

Bokcafét
Drottningatan, 85 Stockholm

Bokcafét
S.T. Petrikyrkog., 7 Lund

NORUEGA

Tronsmo Bokhandel
Christian Augustsgt., 19 Oslo

ITÁLIA

Libreria Rinascita
Via delle Botteghe Oscure, 1-3 Roma

FRANÇA

Librairie-Centre des Pays de Langue
Espagnole et Portugaise
16, rue des Ecoles Paris 5

Librairie Le Tiers-Mythe
21, rue Cujas Paris 5

ÍNDICE

| | |
|--|-------|
| PARA LÁ DOS NOVOS PARTIDOS (editorial) | p. 3 |
| COMUNICADO CONJUNTO MR-8/U.C. | p. 9 |
| Fernando Andrade: NO CAMINHO DA UNIDADE | p. 10 |
| Assis Ferreira: A CANDIDATURA ALTERNATIVA | p. 13 |
| Abel Silva: RUMOS DA OPOSIÇÃO LEGAL | p. 17 |
| Otacílio da Silva: A LUTA DOS MARINHEIROS (conclusão) | p. 21 |
| Joana Almeida: UNIDADE DAS MULHERES (conclusão) | p. 25 |

CORRESPONDÊNCIA,
ASSINATURAS,
NUMEROS ATRAZADOS :

DEBATE

c/o J. Bourderie
146, rue Montmartre
75002 Paris
France